As línguas centro-africanas no Atlântico Negro (1831-1850c.)

Marcos Abreu Leitão de Almeida[1]

> What language do they [os africanos] speak at Rio?[2]
>
> *British Parlamentary Papers, 1849*

A pergunta da epígrafe foi feita à Lord Howden no parlamento britânico, em 1849. Howden foi o cônsul inglês no Brasil no final da década de 1840, em meio às pressões britânicas para a abolição do "tráfico da escravatura" e o intenso contrabando negreiro que apinhou de gentes os portos clandestinos e praias brasileiras que serviam de pontos de desembarque para o que então passava a ser compreendido como um "infame comércio". Chamado para depor na Câmara dos Lordes do Parlamento Britânico, Howden foi sabatinado pelos Lordes ingleses sobre as engrenagens do tráfico negreiro ilegal no Império do Brasil, cuja abolição era uma das pautas mais importantes da diplomacia do Império Britânico, e sobre o funcionamento da escravidão no país. Mas qual era o interesse dos representantes da grande potência marítima nas línguas faladas pelos africanos escravizados no Brasil?

No final da década de 1840, a maciça e constante importação ilegal de africanos transformou a capital do Império do Brasil na maior cidade escravista das Américas, cujo contingente escravizado era esmagadoramente estrangeiro. Daí que o desequilíbrio demográfico entre livres e escravos passou a alimentar o temor daqueles que, prezando a "segurança senhorial", não queriam ver o Brasil transformar-se em um imenso S. Domingos. Neste contexto, e retornando à sabatina de Lord Howden, o parlamento britânico queria saber do diplomata a possibilidade dos escravos se rebelarem como já fizeram "na Bahia" e "em outras partes". Howden respondeu para o alívio (ou decepção?) de todos que "there is an immense number of **tongues and nationalities** among the slaves which are brought over which is a great safeguard of Brazil against

[1] Mestrando em História Social (UNICAMP), especialista em História do Brasil (UFF), graduado em História (PUC-RIO), bolsista de mestrado da FAPESP.

[2] "Slave Trade." London: Select Commitee of the House of Lords, 1849. 382.44Ir4 vol.6 (biblioteca do IFCH/UNICAMP) p. 13 Agradeço à Beatriz Mamigonian pela indicação desta fonte

that danger of insurrection which would appear to be hanging over it every day."[3] **(grifo nosso**)

De fato, a heterogeneidade lingüística dos escravos foi sempre uma variante desejada por traficantes e senhores preocupados em submeter a escravaria importada a mais perfeita anomia, de modo que dessa equação de poder resultasse a segurança senhorial. No entanto, nem todos os estrangeiros confiavam inteiramente nesta equação: Mary Hunter, esposa de um diplomata americano no Rio de Janeiro e originária de uma família nova-iorquina proprietária de terras e com capital investido no negócio negreiro, observava com medo a população escrava –e africana - no Rio de Janeiro. Residente na corte em 1848, a norte-americana relatou que

> as pessoas se sentem perfeitamente seguras, porque os escravos vêm de partes diferentes da África (....) e não é como na Bahia, no Pará, no Rio Grande, onde todos vêm de uma ou duas tribos. Aqui [Rio de Janeiro] eles falam línguas diferentes, e lá na África são hostis entre si. Os brancos acham que os escravos não se juntariam contra eles (...), mas acho que essa segurança é ilusória.[4]

Apesar da diferença de juízo entre os dois testemunhos, ambos tomam como certa a heterogeneidade lingüística entre os africanos escravizados no Rio de Janeiro no final da década de 1840.

Entretanto, em seu trabalho pioneiro, Robert Slenes mostrou que escapou aos senhores o fato de que o grande fluxo de escravos advindos da África Centro-Ocidental propiciou a constituição de identidade comum entre estes cativos, baseada na semelhança de suas culturas, todas do grupo cultural Bantu. Assim, diferentemente de outras regiões africanas partícipes do tráfico atlântico de escravos, onde a heterogeneidade lingüística era maior, esses cativos prescindiram de uma língua européia para se comunicarem. Neste sentido, nas senzalas do Centro-Sul brasileiro, a língua de comunicação entre os cativos não seria um crioulo baseado na língua senhorial, o português, mas uma língua franca de base Quimbundo-Quicongo-Umbundu[5]. Ou seja, a inversão completa da situação descrita por Howden e Hunter.

---

[3] Idem.

[4] Apud: Gerald Horne, **O sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o Tráfico de escravos africanos.** São Paulo: Cia. Das letras, 2010, p. 119

[5] SLENES, Robert Wayne Andrew. Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil.

Ainda assim, o historiador ressalta que as mudanças no tráfico negreiro após 1830, sobretudo sua interiorização na África centro-ocidental, e o aumento da importação de escravos originários da África oriental podem ter alterado o repertório lingüístico dos africanos escravizados. Dessa forma,

> Não sabemos o que aconteceu nas senzalas como resultado dessas mudanças – se uma língua franca de Kikongo-Kimbundu-Umbundu manteve sua predominância lingüística por causa de seu enraizamento anterior na comunidade escrava, se ela foi mantida mas substancialmente modificada pelo influxo de falantes de outras línguas, se surgiram novas línguas francas de origem Bantu entre os escravos, ou se houve uma tendência, face à maior diversidade de línguas da África Central, de adotar cada vez mais o português como língua franca.[6]

Assim, considerando este conjunto inicial de problemas, o presente artigo retoma a questão do parlamento inglês feita no final da década de 1840– *What language do they speak*? - para conhecer o impacto lingüístico do trafico ilegal de escravos na comunidade africana do centro-sul brasileiro em meados do século XIX. Nosso objetivo, portanto, é saber se o testemunho de lord Howden e Mary Hunter são confiáveis ou se, ao contrário, a língua franca protobantu, estabelecida nas senzalas, continuou a ser o meio privilegiado de comunicação entre a maioria esmagadora dos africanos nas senzalas do centro-sul. Para tanto, utilizaremos os processos de apresamento de navios negreiros da Comissão Mista anglo-brasileira, cujas listas dos africanos aprisionados contêm ricas informações a respeito de suas "línguas e nacionalidades". Neste trabalho, vamos focar nossa análise na região conhecida como "Congo Norte", cuja importância cresceu sobremaneira no período do contrabando, tornando-se uma das maiores regiões exportadora de escravos para o Império do Brasil.[7]

De fato, não é novidade que os africanos livres apreendidos pela Marinha Britânica sejam os informantes preferenciais para pesquisadores interessados em suas línguas. Bastaria lembrar que Sigismund Koelle fez, em 1854, sua obra Pollyglotta Africana a partir de entrevistas com os africanos livres de Serra Leoa, libertados pelas

REVISTA USP, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992

[6] Idem, p. 60

[7] A análise completa região da África Centro-ocidental está em andamento, e será o tema do segundo capítulo de minha dissertação de mestrado "Ladinos, crioulos e boçais: a questão das línguas no tráfico ilegal de escravos (1831-1850c.)" em História Social na UNICAMP. Vale ainda lembrar que este artigo apresenta resultados parciais sobre a região "Congo Norte".

comissões mistas estabelecidas naquela possessão inglesa. Na América, o lingüista Josiah Gibbs buscou decifrar a língua dos africanos apreendidos no *Amistad*. [8]

O artigo, portanto, efetuará três movimentos. Em primeiro lugar, subiremos a bordo de alguns navios negreiros aprisionados pela marinha britânica e julgados "boa presa" pela comissão mista para conhecer as "línguas e nacionalidades" dos africanos apreendidos. Por sob os ombros dos meirinhos, conheceremos as formas pelas quais os funcionários da Comissão categorizaram tais indivíduos em cerca de 300 "nações" distintas, cujo significados são, de início, opacos, mas que recolocam a questão da etnicidade na diáspora e podem fornecer indícios sobre seus idiomas. Em seguida, a partir das listas de africanos apreendidos, e com auxílio da bibliografia especializada, vamos propor um exercício que nos informe a respeito das línguas desses homens, mulheres e crianças, involuntariamente tragados pela economia atlântica. De posse de tais informações, estaremos aptos a propor um mapa lingüístico da região do Congo Norte de modo a situar o leitor no mosaico lingüístico que é a região. Por fim, depois de respondida a questão colocada pelo parlamento inglês, discutiremos os significados do impacto do tráfico negreiro ilegal para o "museu de línguas"[9] da escravidão do centro-sul brasileiro.

I. "Línguas e nacionalidades" na Comissão Mista Anglo-Brasileira

Em 1838, o brigue de Guerra britânico *Wizzard*, que patrulhava a costa de Cabo Frio, apreendeu o navio negreiro *Feliz*, com 230 africanos a bordo. Em seguida, seu capitão encaminhou o navio apresado para ser julgados na Comissão Mista Anglo-Brasileira. Ao ancorar no porto fluminense, a comissão enviou o meirinho para que subisse a bordo para listar, como determinou o juiz, a "relação dos africanos existentes, numerando-os e declarando os sexos, marcas, **nomes das nações**, e idades com a **maior exatidão que for possível**" [**grifo nosso**]. Ao fazer o seu trabalho, o meirinho seguiu a risca a determinação do juiz: ao listar os 218 africanos vivos, nada menos que 148

[8] P.E.H Hair,. **Colonial Freetown and the sudy of African languages.** Journal of the International African Institute, Vol. 57, No. 4, Sierra Leone, 1787-1987 (1987), pp. 560-565

[9] A expressão é de Mary Karasch, **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000

nações foram registradas e apenas um rapaz, Martinho, não teve sua nação anotada. Ele era surdo e mudo.[10]

Ao produzir as listas de africanos apreendidos, os meirinhos da Comissão sediada no Rio de Janeiro foram especialmente ciosos ao registrar suas "nações". Afinal, dos oito navios cujas listas chegaram até nós, nada menos do que cerca de 300 "nações" foram registradas pelos meirinhos e podem oferecer indícios sobre as línguas faladas pelos africanos.

Tabela 1

Comissão Mista Anglo-Bras.	
Navio	**Escravos**
Aventura	50
Brilhante	244
Carolina	211
Diligente	202
Duqueza de Bragança	239
Especulador	259
Feliz	217
Orion	243
Total geral	**1665**

Os estudos sobre etnicidade nas diáspora nas Américas ressaltam normalmente que a categorização dos africanos em nações obedeciam à imposições discursivas de "cima para baixo", de modo a satisfazer as lógicas do tráfico negreiro e do domínio senhorial nas Américas, restando aos africanos escravizados reinventarem novas solidariedades e identidades a partir de tais categorias. Contudo, ainda que assim fosse, as listas presentes nos processos da Comissão Mista parecem obedecer a formas diferentes de categorização dos escravos encontrados a bordo, cuja lógica que a preside não é impositiva, mas possibilita o registro de uma identidade auto-proclamada[11].

Para tanto, é extremamente importante conhecer o *modus operandi* das autoridades para fazer estas listas. Ao apreenderem os africanos, a comissão mista Anglo-brasileira nomeava um meirinho para listar os africanos. Embora quase nunca esteja declarado, é certo que o meirinho se valia de um africano livre como intérprete para mediar sua comunicação com os africanos apreendidos. Na realidade, tanto na Auditoria Geral da Marinha quanto nas Comissões Mistas de outras localidades, tais intérpretes foram declarados. O meirinho passava, então com o auxílio do intérprete, inquirir os africanos, verificava o sexo e a idade, e desenhava as marcas que encontrava nos corpos. Por fim, ainda por intermédio do africano livre que lhe servia de intérprete,

[10] "Aprehensão do Feliz", 1839. Comissão Mista Anglo-brasileira (Arquivo do Itamaraty 15/1)

[11] Esta também é a opinião de FARIA, Juliana Barreto, SOARES, Carlos Eugênio Líbano, GOMES, Flavio Santos**. No labirinto das nações.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

registrava as nações dos apreendidos. Portanto, através deste procedimento, inquirição com auxílio de um africano, a documentação garante um alto grau de auto-identificação e mínima participação de não-africanos na categorização destes indivíduos em *nações*, resultando em uma série complexa de termos, cujos significados são, de início, opacos. Decorre daí o fato de que, sendo surdo e mudo, Martinho fora o único a ficar sem o registro de sua nação.

Dessa maneira, a maior parte das *nações* foge ao padrão atlântico de categorização dos escravizados: Nos oito navios negreiros apreendidos pela Comissão Mista, nada menos do que cerca de 300 etnônimos absolutamente opacos foram registrados nestas listas. Nações como *Anbuera, Bamba, Bangue, Bié, Bihé, Oambo, Uambo, Ganguela, Garangue, Abarundo, Manbo, Mango, Monjamba, Songo, Soyo, Zombo,* cujos significados não são acessados de imediato e certamente não faziam parte do quotidiano da escravidão no novo mundo.

Ainda que a influência dos meirinhos seja pequena na categorização dos indivíduos, sua interferência no registro dessas informações é, evidentemente, digna de atenção. Dessa forma, deve-se notar a ausência de uma padronização na ortografia das categorias de nação (*Oambo, Uambo*), como o registro dessas categorias passava antes pela forma como ele as escutava, de modo que é preciso levar em conta o sistema fonológico da língua materna desses indivíduos, o português, já que este era o filtro através do qual os termos africanos eram compreendidos pelos funcionários da Comissão.

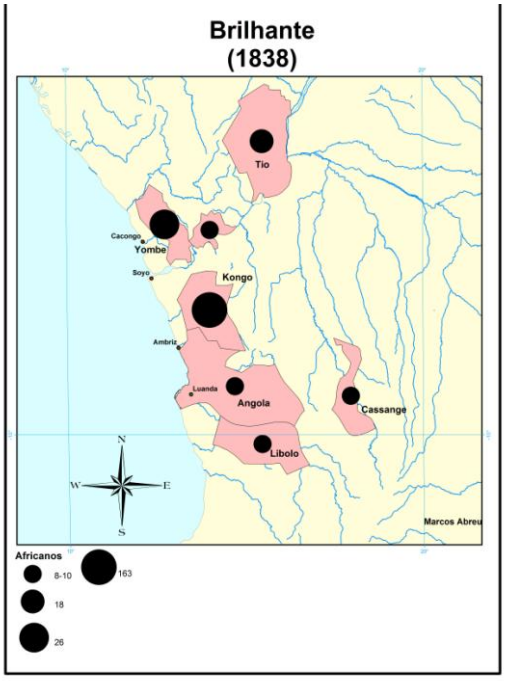
Para conferir significado a esta extensa lista de categorias, cotejamos nossa tabela com a tabela realizada por Mary Karasch que, com auxílio de Jan Vansina, conseguiu relacionar os nomes de nação de diversos documentos da primeira metade do XIX do Rio de Janeiro (sobretudo os processos da Comissão Mista) com povos na África e também localidades no continente de origem.[12] Karasch e Vansina também distinguiram os etnônimos centro-africanos, e seus respectivos povos, em três amplas regiões: "Congo Norte", "Norte de Angola", e "Angola Meridional", que também utilizamos. Por exemplo, as nações *Oambo, Uambo* foram entendidos por aqueles

[12] Mary C Karasch**. A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000 cf. Apêndice I.

historiadores como Huambo, reino Ovimbundo de Angola Meridional. A partir deste exercício, identificamos a origem de cerca de 1560 do total dos africanos listados dos oito navios negreiros julgados pela Comissão Mista.

Como a partir de 1831 o tráfico negreiro estava proibido em todas as regiões do atlântico, e não apenas ao norte da linha do Equador, os cruzadores britânicos e brasileiros não tinham restrições legais para apreensão de negreiros. Neste sentido, na medida em que a marinha britânica e brasileira apreendiam amostras aleatórias quase perfeitas de navios negreiros, os dados são significativos da presença maciça dos centro-africanos. O único desvio de nossas fontes é a subrepresentação dos negreiros advindos de Moçambique, região em que a historiografia já estabeleceu como importante região fornecedora de escravos no período, mas que por motivos de desenvolvimento da pesquisa não constará em nossa análise.

II. As línguas do Congo Norte no Atlântico Negro



Dez anos antes de Lorde Howden testemunhar sobre o tráfico ilegal de escravos para o Império do Brasil, Mzinga[13] lutava para manter sua vida a bordo de um navio negreiro. Súdito do rei do Kongo, com 22 anos, Mzinga teve seu peito marcado por um ferrete com a letra "S", e embarcado no negreiro brasileiro *Brilhante* próximo do porto de Ambriz, ao entardecer, junto com outros 243 africanos escravizados. Falante de quicongo, Mzinga poderia conversar com praticamente todos os africanos a bordo. Afinal, do total da escravaria, 196 eram falantes maternos de quicongo (os "Congos", "Mussorongo", e os "Maiombes") e 18 puderam aprendê-la como segunda

[13] Na fonte, está registrado Zinga *Congo*. No entanto, adicionei o M mudo, já que os portugueses constantemente o suprimiam, uma vez que a língua portuguesa não conhece o fonema. Além disto, Mzinga era um nome comum entre os falantes de kikongo. Cf. Thornton, John. Central african names

língua, pois eram "monjolos", isto é, escravos falantes de Teke que desceram o Rio Congo até o litoral. Além destes, 20 africanos (entre Angolas e Rebolos) falavam quimbundo e línguas similares, tão semelhantes ao quicongo como "o português do espanhol". De todos os africanos do Brilhante, apenas 9 "cassanges" talvez tivessem dificuldade em se comunicar com os outros, já que provavelmente foram feitos escravos pelo império Lunda, além do Rio Cuango, embora no caminho pudessem aprender a língua dos ambundos.[14]

Navegando com bandeira portuguesa com destino ao porto do Rio de Janeiro, o negreiro *Brilhante* foi detido pelo Brigue de Guerra inglês *Wizzard* e levado para ser julgado pela Comissão Mista Anglo-brasileira, no dia 13 de Maio de 1838. Os 244 africanos encontrados pelos ingleses foram levados para terra, não sei antes serem listados pelo meirinho da comissão, que anotou seus nomes africanos, suas nações, suas idades e desenharam as marcas que encontravam no corpo dos africanos.

Os oito navios negreiros da Comissão Mista Anglo-Brasileira foram apreendidos entre 1835 e 1839 e vieram, basicamente, de três portos de embarques principais: Ambriz, Luanda, e Benguela, embora isso não exclua o fato de que, antes de rumar para o Brasil, o negreiro pudesse se abastecer em mais de um ponto na costa centro-africana.

A ostensiva vigilância da marinha Britânica em torno de Luanda e a proibição do trato negreiro em 1836 em Angola acabaram por pulverizar o negócio de almas em diversos portos de embarque na África Centro-Ocidental, sobretudo na região do Congo (Congo Norte) e Benguela (Angola Meridional), por serem regiões menos vigiadas. Além disso, com a proibição do comércio negreiro inglês e francês, traficantes negreiros Luso-brasileiros tomaram o mercado de escravos no Congo Norte, sobretudo Cabinda, antes um importante escoadouro de africanos para as colônias francesas e inglesas.[15] Além

Africanos com povos identificados/ Região	
Região	**Africanos**
Angola Meridional	447
Congo Norte	637
Norte Angola	478
Total	**1562**

Tabela 2

[14] "Aprehensão do Brilhante" 1838. Comissão Mista Anglo-brasileira (Arquivo do Itamaraty 4/2)

[15] Susan Broadhead, **Brazil and the commercialization of Kongo (1840-1870)** in: Paul E. Lovejoy and José Curto, *Enslaving Connections* (New York: Humanity Books, 2004),

disso, internamente os BaKongo vivenciavam um processo político desagregador, cujos pequenos potentados competiam entre si pelo mercado externo de escravos. [16] Estes processos acabaram por transformar a região em uma das mais importantes fornecedoras de mão de obra escravas durante o período ilegal para o Brasil.

A importância da região no período está representada nos oito negreiros aqui estudados. Afinal, do total dos africanos apreendidos, 41% vieram do Congo Norte. Sem dúvida, os africanos presentes nos negreiros apreendidos pela Comissa mista corroboram outros trabalhos que atestam a concentração geográfica dos africanos escravizados, já que a grande maioria veio da hinterlândia imediata aos portos de embarque, embora não poucos foram vieram de Stanley Pool, e alguns vieram do Gabão. (VER ANEXO I)

Em primeiro lugar, alguns africanos apreendidos pela Comissão mista vieram do estuário do Gabão, acima do Cabo Lopez. Apesar de Ugo Nwokeji & Eltis questionarem a possibilidade de escravos desta região entrarem nas rotas da foz do Rio Congo[17], alguns africanos acabaram por estar presentes nos negreiros que freqüentavam a África Centro-Ocidental. O grupo mais frequente são os Mbamba, falantes de *Mbere*, embora estivessem presentes também os Eshira, Orungu, Okandé, e Enenga. Embora sejam do grupo lingüístico Bantu, suas línguas são pouco aparentadas com as línguas dos grupos em Angola e no Congo, embora semelhantes entre si.

Tabela 3

	Línguas			
Nomes Modernos	**Mbere**	**Myene**	**Sira**	**Tsogo**
Enenga		1		
Eshira			2	
Mbamba (Obamba	11			
Okandé				2
Orungu?		1		
Total	**11**	**2**	**2**	**2**

A segunda maior fonte de cativos do Congo Norte para o tráfico transatlântico, segundo os dados da Comissão mista, são aqueles que, através do Reino dos Tio (Tekes) desceram o Rio Congo até o litoral. Conhecidos como escravos monjorros, ou

[16] Susan Herlin Broadhead, "**Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the eighteenth and nineteenth centuries,**" *The International Journal of African Historical Studies* 12 (1979), 615-50

[17], G. Ugo Nwokeji e, David Eltis. **Characteristics of Captives Leaving the Cameroons for the Americas**, 1822-37. Journal of African History , no. 2 (2002): 191-210. p.205

monjolos, tais africanos seriam do próprio grupo dos tekes, escravizados por eles, ou ainda fornecido pelos Bobangi[18]. Apesar dos dados além Malebo Pool serem escassos, os registros da Comissão atestam que, pelo menos, falantes de *Tembo*, *Mbesa*, *Bamwe*, e mesmo um falante *Ali*, língua do tronco Niger-Congo, originário do médio Rio Ubangi, foram tragados pelo redemoinho atlântico.

Contudo, a maior fornecedora de escravos para os portos do Congo Norte era a Zona Atlântica, próxima aos portos de embarque. Neste sentido, os grupos mais afetados pela economia atlântica foram os falantes de quicongo e suas variantes, grupos que mais tarde seriam conhecidos como BaKongo. Entre os africanos do Congo Norte apreendidos pela Comissão Mista, nada menos que 79% eram falantes de quicongo.

Assim, ainda que a fronteira escravista, definida por Miller, alcance, no século XIX, o interior do continente, como nosso falante *Ali* do médio Ubangi não deixa de confirmar, a principal região supridora de escravos para as Américas continuava a ser, mesmo na fase final do tráfico, a região do baixo rio Congo e a hinterlândia dos principais portos de embarque da região. Neste sentido, os dados da comissão mista anglo-brasileira confirmam o que Jan Vansina e Phillip Curtin concluíram ao estudar os africanos livres entrevistados por Sigismund Koelle, em Serra Leoa:

> Thus most of the slaves shipped from the west coast came from the immediate hinterland of Luanda-from such groups as the Ambundu-or else from the hinterland of the slave-trade ports north of the Congo mouth-from such groups as the Vili, Yombe, Boma, Nsundi and Kongo. **The numbers finding their way into the trade decreased with increasing distance from the coast**.[19] (**grifo nosso**)

Línguas	Africanos Livres
Ali	1
Bangi-Ntomba	1
Kikongo	502
Mbere	11
Mbesa	1
Monzombo	3

[18] Robert W. Harms, **River of Wealth, river of Sorrow: the central area basin in the Era of the Slave and Ivory Trade, 1500-1891**. New Haven and London: Yale University press, 1981.

[19] Philip Curtin e, Jan Vansina. **Sources of the Nineteenth Century Atlantic Slave Trade.** The Journal of African History, Vol. 5, No. 2 (1964), pp. 185-208African History, Vol. 5, No. 2 (1964), pp. 185-208

Tabela 4

Myene	2
Ngombe	1
Sira	2
Teke	68
Tsogo	2
Desconhecidas	41
Total geral	**635**

A incidência da escravização entre os BaKongo deve ser compreendida pela lógica interna que, naquele momento, regia aquela sociedade. Notadamente, o processo que Susan Herlin Broadhead chamou de "Kongo Syndrome"[20] e que se caracteriza pela constante descentralização do poder político até o nível das vilas, em detrimento de uma maior centralização do poder político que marcava o Reino do Kongo. Esta "síndrome" fora acompanhada, ao mesmo tempo que incentivada, pela competição entre os líderes da costa pelo comércio externo com os luso-brasileiros que, ocupando o lugar dos europeus, traziam "panos da costa" e outras mercadorias em troca de escravos. Neste sentido, o comércio atlântico incentivava a competição regional, pois seus produtos acabavam por se tornar bens de prestígio, capazes de não apenas garantir a liberdade do proprietário, mas também de aumentar o séquito de dependentes, re-alimentando o tráfico negreiro, já que alguns destes dependentes

seriam liberados para o comércio atlântico em troca de mais mercadorias.[21] Neste processo, Wyatt Macgaffey explica que, e ainda que guerras e trocas comerciais tivessem seu lugar na produção de escravos, "The constant and inescapable play of power in the competitive transfer of persons from one group to another by marriage, purchase, debt payment, judicial processes and various kinds of ritual entrapment, was much the same everywhere in Central Africa."[22] Conclusão semelhante chegou John Joachim Monteiro, que a serviço de uma companhia visitou a África Centro-Ocidental na década de 1850:

> When we consider the great population of the vast country that supplied the slave trade of the coast, and that, as I have explained, the state of their laws and customs renders all transgressions liable to slavery, the absence of necessity for the slave wars and hunts of the north of Africa and other extensive and thinly populated districts is sufiieiently proved.[23]

[20] Susan Herlin Broadhead, "**Beyond Decline", op.cit,**

[21] Joseph Miller. **Way of Death**: **merchant capitalism and Angola Slave Trade, 1730-1830**. University of Wiscosin, 1996, capítulo 2.

[22] Wyatt MacGaffey, **Kongo Slavery remembered by themselves: texts from 1915**. International journal of African historical studies, vol. 41, N.1 (2008), pp.55-75 p. 72.

[23] Monteiro, Joachim John. **Angola and the River Congo**. London: Printed By William Clowes And Sons, 1875. Vol. 2 p. 67

III. O Navio negreiro como um cadinho de línguas

Depois de passar em revista os dados coligidos nas listas de apreensão de africanos da Comissão Mista Anglo-Brasileira, percebemos que a experiência de Mzinga, trazido pelo negreiro *Brilhante*, deveria ser bastante corriqueira. Afinal, como mostra a tabela, os falantes de quicongo eram a esmagadora maioria entre os africanos apreendidos pela comissão e que vieram do Congo Norte. Ainda que os números possam estar distorcidos pelos dados (talvez pela subrepresentação de grupos do interior não identificados por Vansina e Karasch) não há dúvida sobre a presença majoritária destes falantes entre os apreendidos pela Comissão mista. Assim, nossos dados indicam que, pelo menos em um período curto de tempo, poucas regiões sofreram o impacto maciço de escravização no interior de uma extensa "área de procedência".

Uma vez no Império do Brasil, do ponto de vista sociolingüístico, tais indivíduos não apenas puderam manter sua língua materna, o quicongo, como adicionaram ao seu repertório lingüístico, uma língua franca, descobrindo semelhanças lingüísticas e ressonâncias culturais com outros grupos, de modo a ampliar sua comunidade de fala e desenvolver uma nova identidade cultural. O presente estudo dos africanos apreendidos pela Comissão Mista Anglo-brasileira reforça, portanto, a hipótese de Robert Slenes, de que a identidade protobantu no sudeste brasileiro tinha um núcleo Kongo.[24]

Neste contexto, não surpreende a defesa de Joaquim José de Souza Breves, famigerado contrabandista de africanos e proprietário de fazendas de café no sudeste brasileiro: quando o Império do Brasil invadiu suas terras na Ilha da Marambaia por suspeitas de tráfico negreiro, e a diligência apreendeu 199 africanos boçais, o "rei do café", como então passou a ser conhecido, defendeu-se no jornal:

> Com que justiça me arrebatem esses escravos só porque não sabião bem fallar o idioma portuguez? Pois S.S. que tem estado em fazendas ignora que há pretos que em pouco tempo o aprendem, e outros que ainda com 30 annos de casa não fallão cousa alguma que se entenda? (...) pois ninguem ignora que um africano que chega às nossas fazendas é logo mettido no meio dos outros em os trabalhos da lavoura, fallando apenas com um feitor que os dirige, que quasi sempre se escolhe da mesma nação para se entenderem e que por isso lhes leva muito tempo a aprender o nosso idioma.[25]

[24] Robert Slenes. **L'arbre nsanda replanté: cultes d'affliction kongo et identité des esclaves de plantation dans le Brésil du Sud-Est entre 1810 et 1888**. Cahiers du Brésil Contemporain, v. 67, p. 217-314, 2007.

[25] Breves, Joaquim José de Souza. "Negocios da Marambaia." *Jornal do Commercio* (06 Março 1851)

O argumento de Breves contraria o depoimento de Lord Howden no parlamento britânico, já que pressupõe uma única comunidade de fala na senzala que prescinde, inclusive, da língua portuguesa para a comunicação. Mal-informado, o cônsul inglês não cogitava que os africanos importados para o Rio pudessem se rebelar, já que não detinham "as qualidades superiores" dos escravos da Bahia que o faziam "impacientes para escravidão", além de não terem a mesma "linguagem" nem professarem a mesma "religião".

Neste sentido, ainda que estudos semelhantes necessitem ser feitos para outras regiões da África Centro-Ocidental e alhures, os resultados aqui apresentados sugerem que a presença da língua protobantu nas senzalas não apenas continuou a ser falada nas senzalas do sudeste brasileiro, como o novo influxo de escravos africanos advindos do Congo Norte reforçou sua estabilidade como meio de comunicação preferencial na região, de tal modo que pareceu plausível e verossímil a um membro influente da elite brasileira usá-la como argumento em sua própria defesa contra a acusação de tráfico de africanos.

Bibliografia:

BROADHEAD, Susan Herlin. **The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries.** The International Journal of African Historical Studies, Vol. 12, No. 4 (1979), pp. 615-650

CURTIN, Philip e VANSINA Jan. **Sources of the Nineteenth Century Atlantic Slave Trade**. The Journal of African History, Vol. 5, No. 2 (1964), pp. 185-208African History, Vol. 5, No. 2 (1964), pp. 185-208

CURTO, José, e LOVEJOY , Paul E. (orgs.). **Enslaving Connections**. New York: Humanity Books, 2004.

HAIR, P.E.H. **Colonial Freetown and the sudy of African languages.** Journal of the International African Institute, Vol. 57, No. 4, Sierra Leone, 1787-1987 (1987), pp. 560-565.

HARMS, Robert W. **River of Wealth, river of Sorrow: the central area basin in the Era of the Slave and Ivory Trade, 1500-1891**. New Haven and London: Yale University press, 1981.

HORNE, Gerald. **O sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o Tráfico de escravos africanos.** São Paulo: Cia. Das letras, 2010.

KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850***).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000

MACGAFFEY , Wyatt**. Kongo Slavery remembered by themselves: texts from 1915.** International journal of African historical studies, vol. 41, N.1 (2008), pp.55-75 p. 72.

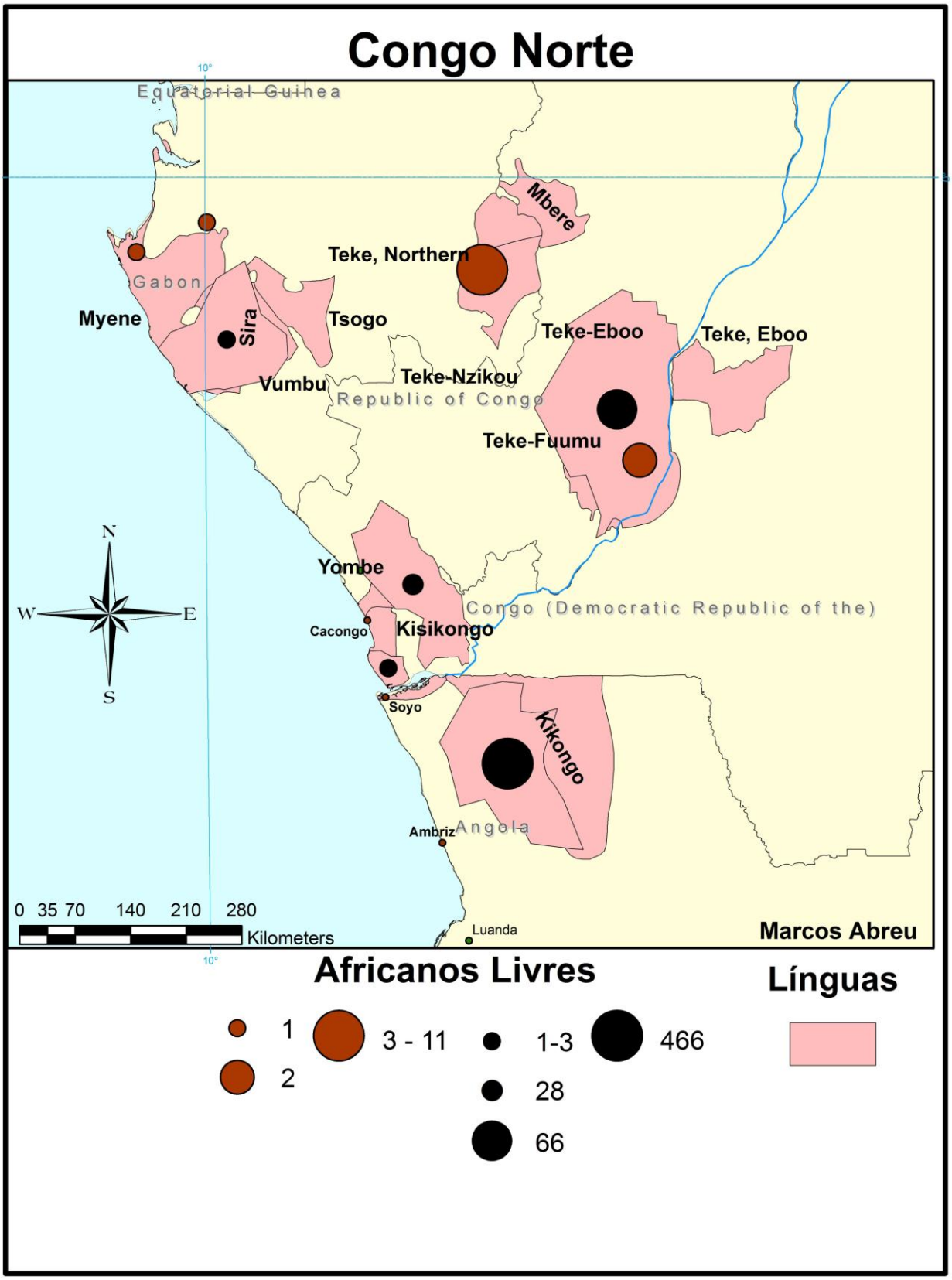
MONTEIRO, Joachim John. **Angola and the River Congo**. London: Printed By William Clowes And Sons, 1875. Vol. 2

MILLER, Joseph. **Way of Death**: **merchant capitalism and Angola Slave Trade, 1730-1830**. University of Wiscosin, 1996

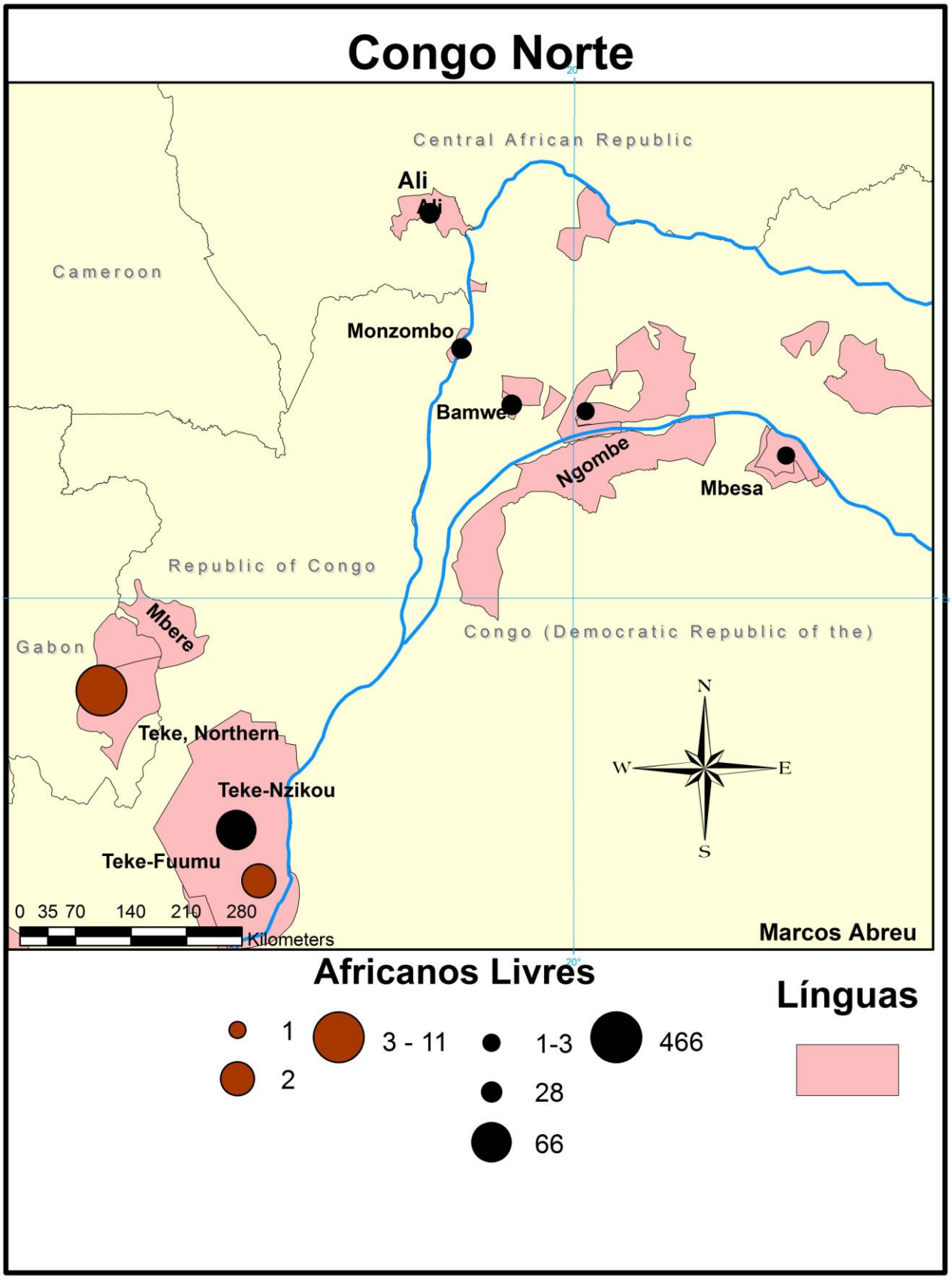
NWOKEJI G. Ugo e ELTIS, David. **Characteristics of Captives Leaving the Cameroons for the Americas, 1822-37**. Journal of African History , no. 2 (2002): 191-210. p.205

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992

_____. L´Arbre Nsanda replanté: cultes d´affliction Kongo et identité des esclaves de plantation dans le Brésil du Sud-Et (1810-1888). Cahiers du Brésil Contemporain, n° 67/68, 2007, (partie II), p. 217-313


Congo Norte
Equatorial Guinea
Gabon
Myene
Sira
Vumbu
Tsogo
Teke, Northern
Mbere
Teke-Eboo
Teke, Eboo
Teke-Nzikou
Republic of Congo
Teke-Fuumu
Yombe
Cacongo
Kisikongo
Congo (Democratic Republic of the)
Soyo
Kikongo
Ambriz
Angola
Luanda
N
W
E
S
0 35 70 140 210 280
Kilometers
Marcos Abreu
Africanos Livres
1
2
3 - 11
1-3
28
66
466
Línguas

Anexo I


Congo Norte
Central African Republic
Ali
Cameroon
Monzombo
Bamwe
Ngombe
Mbesa
Republic of Congo
Mbere
Gabon
Congo (Democratic Republic of the)
Teke, Northern
Teke-Nzikou
Teke-Fuumu
N
W
E
S
0 35 70 140 210 280
Kilometers
Marcos Abreu
Africanos Livres
1
2
3 - 11
1-3
28
66
466
Línguas